



**CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES**  
**PODER LEGISLATIVO**

**UG: 013L0200001**  
**EXERCÍCIO DE 2023**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

(INSTRUÇÃO NORMATIVA TCEES Nº 068/2020, ANEXO III, "NOTEXP")

**1. Informações Gerais**

A Câmara Municipal de Boa Esperança-ES, com sede à Av. Senador Eurico Rezende, nº 780, Centro, Boa Esperança-ES, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica gerido pela Receita Federal do Brasil sob o nº 36.349.041/0001-35, foi instituída pela Lei Estadual nº 1912/1963 (entrou em vigor em 1º/1/1964; foi publicada no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo em 4/1/1964), que criou este Município.

Esta Câmara Municipal, composta por 9 (nove) Vereadores e quadro próprio de servidores para cumprir as finalidades de apoio técnico e administrativo, é o Órgão Público que exerce/representa o Poder Legislativo deste Município, pessoa jurídica de direito público interno, entidade estatal dotada de capacidade civil plena, de autonomia política, administrativa e financeira, e personalidade jurídica.

A atual estrutura organizacional da Câmara Municipal é a explicitada na Resolução nº 384/2019 e na Resolução nº 385/2019 deste Poder Legislativo, ambas de 3 de maio de 2019.

A Câmara Municipal tem funções legislativas, de fiscalização financeira, de controle externo do Executivo, de julgamento político-administrativo, desempenhando ainda as atribuições que lhe são próprias, atinentes à gestão dos assuntos de sua economia interna.

As funções, atribuições e competências da Câmara Municipal, Poder Legislativo deste Município, estão explicitadas e detalhadas na Lei Orgânica Municipal e no seu Regimento Interno.

A gestão dos assuntos de economia interna da Câmara Municipal realiza-se através da disciplina regimental de suas atividades e da estruturação de seus serviços auxiliares do Poder Legislativo.

De acordo com a Lei nº 4.320/1964 e as Normas Brasileiras de Contabilidade, as principais Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), exigidas desta Câmara Municipal no exercício financeiro de 2023, são: Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; Balanço Patrimonial; Demonstração das Variações Patrimoniais; Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido.

Constata-se no ANEXO III da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 068/2020 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) que o Balanço Orçamentário e a Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido não são exigidas, pelo TCEES, na Prestação de Contas Anual (PCA) deste Poder Legislativo do exercício financeiro de 2023.

As Demonstrações Contábeis desta Câmara Municipal estão em conformidade com a legislação, especialmente com a Lei nº 4.320/64 e com as normas contábeis brasileiras aplicáveis ao setor público.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES

**PODER LEGISLATIVO**

**2. Resumo das Políticas Contábeis Significativas**

No exercício financeiro de 2023 não ocorreram mudanças significativas nas políticas contábeis em relação ao ano de 2022. O regime contábil adotado foi o misto, em conformidade com o artigo 35 da Lei nº 4.320/1964. As receitas foram registradas pelo regime de caixa, enquanto as despesas, os atos e os fatos de natureza patrimonial foram registrados pelo regime de competência, em obediência ao disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

**3. Detalhamento de Informações do Demonstrativo Contábil - Balanço Patrimonial**

No ATIVO CIRCULANTE constam os valores relativos ao saldo financeiro e aos estoques. Em CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA consta que o saldo no encerramento do ano de 2023 era de R\$ 809.725,81, enquanto no Exercício Anterior, o saldo era de R\$ 1.369.518,12. Com relação aos ESTOQUES, no final de 2023 apurou-se R\$ 18.109,24, enquanto em 2022 os materiais estocados somaram R\$ 17.116,65.

No ATIVO NÃO CIRCULANTE do final de 2023 o IMOBILIZADO somava R\$ 741.503,32, enquanto em 2022 esse montante era de R\$ 764.089,94. Esses valores são relativos aos BENS MÓVEIS e BENS IMÓVEIS, após a dedução dos valores relativos às respectivas depreciações. No final de 2022 os BENS MÓVEIS somavam R\$ 351.846,84 e R\$ 86.654,56 eram as depreciações acumuladas desse grupo. No encerramento de 2023 esses valores somaram R\$ 357.086,84 e R\$ 110.571,99, respectivamente. Os BENS IMÓVEIS, em 2022 e em 2023 somavam R\$ 540.000,00. Já as depreciações acumuladas desse grupo de bens, no final de 2022 e de 2023 totalizavam, respectivamente, R\$ 41.102,34 e R\$ 45.011,53.

No PATRIMÔNIO LÍQUIDO, os RESULTADOS ACUMULADOS, que em 2022 eram de R\$ 2.085.212,92, em 2023 somaram R\$ 1.437.476,16, tendo sido apurado um DÉFICIT de R\$ 702.460,68 no Exercício Atual, enquanto naquele Exercício Anterior fora apurado um SUPERÁVIT de R\$ 1.031.043,94.

Com relação ao “Saldo dos Atos Potenciais Passivos”, no encerramento dos exercícios de 2023 e 2022 os montantes eram, respectivamente, de R\$ 84.680,36 e R\$ 135.627,09. Registre-se que esses valores são referentes aos saldos dos contratos de prestação de serviços e/ou fornecimentos de bens firmados com empresas, cujos serviços/bens prestados/fornecidos são imprescindíveis, de duração continuada, e não poderiam ser interrompidos por ocasião dos encerramentos dos respectivos anos.

Boa Esperança – ES, 26 de março de 2024.

CARLOS VENANCIO  
Presidente

ASSINADO DIGITALMENTE  
NILSON DE OLIVEIRA SOUZA  
Analista Contábil – CRC 8.546-ES